

VIDA E MORADIA: A LUTA PELO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE MACAPÁ DURANTE A PANDEMIA

Laercio Gomes Rodrigues^{1*}, Emilly Mascarenhas Costa², Maria Gabriela Hita³ e Alice Alves de Carvalho⁴

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS–UFBA)

2. Doutoranda do PPGCS–UFBA

3. Professora do PPGCS–UFBA

4. Discente de Graduação em Ciências Sociais da UFBA

Resumo

A temática central deste trabalho é o direito à cidade, com foco nos segmentos sociais que reivindicam o usufruto da estrutura e dos espaços públicos urbanos, em especial o direito à moradia. O olhar empírico volta-se para a reocupação da Baixada do Mucajá, próxima ao Conjunto Habitacional Mucajá (CHM), em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) da cidade de Macapá, no Amapá, Norte do Brasil. O objetivo central é compreender como segmentos sociais, que disputam o direito à cidade, lidam com a ameaça de despejo em tempos de pandemia. Abordam-se questões de ampliação de riscos às famílias, redes solidárias e a ação da gestão pública local. Constatou-se que os moradores vivem tensionados pela ameaça de despejo, e que não contam com apoio do Estado, que, por seu lado, põe em movimento regimes urbanísticos nessa área, que não contemplam as demandas desse segmento. Por outro lado, observa-se o papel elementar das redes solidárias que subsidiam a permanência no local do grupo em questão.

Palavras-chave: Direito à cidade; Redes solidárias; Ocupação espontânea.

Apoio financeiro: Bolsitas CAPES e FAPESB.

Introdução

As sociedades contemporâneas podem ser caracterizadas por uma abissal desigualdade social cujas expressões incidem, inclusive, no ambiente construído. Assim, entende-se que as cidades, essa obra das mãos humanas, espelham à imagem e semelhança daqueles que a produzem. Sociedades orientadas por um *ethos* de concentração de riqueza geraram realidades urbanas favoráveis aos que se encontram em posições de prestígio e de poder; e, realidades urbanas hostis aos que não se encontram nas referidas posições. Tanto os domínios quanto as exclusões extrapolaram as antigas barreiras nacionais, dissiminando-se nas mais diversas escalas, do local ao global, ampliando ao máximo as desigualdades. Essa é uma típica descrição das semelhanças compartilhadas pelas mais diversas cidades, do Norte ao Sul Global; e, as cidades brasileiras não fogem à regra (BAUMAN, 2009; APPADURAI, 2013; CALDEIRA, 2000).

Embora os sistemas jurídicos (inter)nacionais estabeleçam pactos civilizatórios concernentes aos direitos humanos, como ocorre com o direito à cidade, sua plena efetivação esbarra em interesses privados de sociedades cindidas em classes, entre os poucos que possuem e os muitos despossuídos. A construção das cidades e suas configurações urbanas também expressam os enfrentamentos dos interesses desses segmentos sociais divergentes. E, o fazer cidade não se restringe aos regimes de ordenação urbanos adotados e legitimados pelo capital e pelo Estado. Assim, nas margens urbanas são elaboradas respostas que, minimamente, condizem com as necessidades prementes por moradia e existência (AGIER, 2011). É o caso da reocupação da Baixada do Mucajá, situada ao lado do CHM, em uma ZEIS de Macapá. Sua existência coadunasse a outros movimentos locais e nacionais, de indivíduos e famílias que se viram mais fragilizados em contexto de crises pandêmica e econômica, e, rascunham respostas às suas demandas urgentes. Procura-se analisar e compreender o fazer cidade “por cima dos ombros” dos atores sociais urbanos que contam com menores capacidades econômicas. O objetivo maior é compreender como esses segmentos, que lutam pelo direito à cidade, tratam de ameaças de despejos em plena pandemia. Abordam-se questões de ampliação de riscos às famílias, redes de solidariedade e a ação da gestão pública local.

Metodologia

Esta pesquisa ocorreu durante o ano de 2021, momento em que a crise sanitária por Covid-19 se intensificou nas cidades brasileiras, sobretudo nas do Norte do país. O recorte espacial é a ocupação espontânea da Baixada do Mucajá, que fica ao lado do CHM – ambos, situados em uma ZEIS, conforme está identificado no Plano Diretor de Macapá (MACAPÁ, 2004), cidade *locus* da investigação. O tipo de pesquisa adotada é orientado por uma antropologia urbana realizada junto aos interlocutores; assim, o saber especializado advém, necessariamente, de uma relação processual estabelecida com as pessoas envolvidas no campo (AGIER, 2015; MAGNANI, 2002). Além disso, busca-se construir, processualmente, uma pesquisa engajada, cujo princípios orientadores epistemológicos abrangem um comprometimento ético e político com as pessoas implicadas no campo,

envolvimento em suas lutas, compartilhamento de saberes e experiências, etc. Tal posicionamento não incorre em descrédito ou impossibilidade de se praticar um controle epistêmico-metodológico e uma análise crítica rigorosa, características caras à pesquisa acadêmica; ao contrário, esse modo de proceder abre novas perspectivas, tanto para os pesquisadores quanto para os sujeitos envolvidos no campo, que passam a manter relações de interesses e trocas mais equilibradas para ambos os lados, e, construir e partilhar novos caminhos pautados no chão da realidade, de onde a vida e o saber são fecundados (GLEDHILL & HITA, 2019).

No que concerne a metodologia, diversos procedimentos foram adotados, que lastreiam a investigação, sendo as principais: a) pesquisa de campo, com diversos desdobramentos, como: 1. Observação não participante, consistiu em observar o local da ocupação, descrevendo sua organização e disposição espacial, a tipificação dos materiais construtivos, serviços (in)existentes etc; 2. Entrevistas semiestruturadas, foram entrevistados os moradores e as lideranças comunitárias da ocupação e do Conjunto Habitacional Mucajá. As entrevistas ocorreram de forma presencial (fez-se uso de questionário e de equipamento eletrônico de gravação); 3. Conversas informais, manteve-se diálogos permanente com os moradores e lideranças da ocupação e do Conjunto Mucajá. Esse tipo de comunicação ocorreu presencialmente e/ou intermediado por aparelho celular com acesso à internet e com uso de aplicativo (WhatsApp). Deve ser mencionado que, todas as atividades realizadas presencialmente seguiram rigorosamente às orientações das autoridades sanitárias com vistas a minorar os riscos de adoecimento dos pesquisadores e dos interlocutores por Covid-19.

Resultados e Discussão

Localizada em uma valorizada área de Macapá, próxima a orla do Rio Amazonas, está a ocupação espontânea do Mucajá, reunindo mais de cem famílias. A área em questão foi cenário de uma primeira ocupação, na década de 1980. E, em 2011, esses moradores foram transferidos para o Conjunto Habitacional Mucajá (CHM), que está situado nas proximidades, ficando a área devoluta. Mas, em abril de 2021, o lugar voltou a ser ocupado. A reocupação foi motivada, sobretudo, pela crise pandêmica e econômica que fragilizou indivíduos e famílias em todo o globo, cujos efeitos solaparam direitos básicos, como à moradia. Em contexto nacional, movimentos de ocupação disseminaram-se por todo o país, e, famílias e indivíduos se viram constrangidos por políticas de despejos (LABCIDADES, 2021).

Em Macapá, uma das primeiras movimentações desse tipo ocorreu na Baixada do Mucajá. Parte dessa área reocupada apresenta uma topografia acidentada, que favorece deslizamentos e inundações. Assim, moradores dessa ocupação lidam com riscos sobrepostos: ambiental, de adoecimento (por Covid-19 ou por ausência de saneamento básico), e, de despejo. Quanto aos materiais utilizados nas construções, são de baixíssima qualidade e reaproveitados, advindos, em sua maioria, de doativos. As doações são resultados de uma frágil, mas importante rede de solidariedade que interliga membros da ocupação, seus familiares e amigos, conhecidos e desconhecidos, que esquadriham soluções inéditas as suas prementes demandas por moradia. Organismos públicos e instituições filantrópicas não integraram essa rede solidária, exceto o “Movimento Comunitário da Comunidade Amigos do Mucajá”, uma organização de moradores do CHM, que passou a apoiar a permanência dessa ocupação. No que se refere à organização dos ocupantes, ela é efêmera, criada para solucionar questões urgentes, sendo dissolvida em seguida; mulheres assumem posições de destaque, elas lideram os pedidos de doativos, além de buscar diálogo com a gestão pública, na tentativa de conjurar as ameaças de despejo. No que tange à atuação da gestão pública, a primeira medida tomada no local foi notificar os ocupantes. Depois, estabeleceu prazos para desocupação sob risco de, compulsoriamente, “botar abaixo” os casebres. Derrubou, com uso de tratores, áreas demarcadas. E, prometeu inserir os ocupantes no Aluguel Social, mas sem esboçar um mínimo de planejamento para o pós término desse benefício, ficando os ocupantes sem perspectivas posteriores. Os moradores, apesar de ameaçados, permaneceram no local, e, a prefeitura paralisou o plano de despejo. Com base em experiências de amigos e parentes, moradores rejeitaram o Aluguel Social, pois sua concessão tende a ser morosa e desarticuladora do movimento. As políticas acionadas pela prefeitura coadunam-se ao tipo de tratamento dispensado aos sem-teto. Frangella e Rui (2017) afirmam que a presença abjeta desse público induzem à criação de políticas de controle, repressão e de vigilância, mas também de assistência e ajuda, ainda que pontual. A potência e fragilidade dos sem-teto reside no fato de irem contra interesses de projeções urbanísticas do uso do solo, especialmente nas áreas centrais das cidades nas que ocorrem esse tipo de aglomerações. Nessas áreas, os territórios liminares são criados, funcionando ora como abrigo e proteção, ora como locais de maior perigo e violência para esse público. São nas margens urbanas, conforme explica Agier (2020), que estabelecimentos precários se transformam em rascunhos de cidades.

Nota-se que a gestão pública local privilegia, em sua política, um regime urbano mais alinhado à implementação de projetos elistas, ouvindo sujeitos urbanos envolvidos e mais vulneráveis. Por seu lado, esse sujeitos, com apoio de uma rede de solidariedade, erguem, precariamente, suas moradias e desse lugar desafiam os preceitos urbanísticos autocráticos, e a forma de pressionar é bastante condudente, sua existência e moradias contrapostas à ordem urbana imperante.

Conclusões

Vimos que a gênese da ocupação espontânea do Mucajá, situada em uma valorizada área de Macapá, ocorreu nos primeiros meses de 2021 e está relacionada a um movimento mais amplo, com expressões do local ao global. Mesmo em um contexto atravessado por uma pandemia, os membros da ocupação vivem sob tensão, ameaçados de despejo por parte da gestão pública local. O risco de sofrerem despejo, juntamente com os riscos de adoecimento, bem como os possíveis riscos a integridade física devido a topografia do local, desenham, por

si, um ambiente hostil, mas que vai sendo atenuado, em certa medida, pelas redes de solidariedade, ainda que essas sejam frágeis, mas elementares para permanência no local. Observou-se que, as ações estatais e as redes de solidariedade orbitam como forças opostas na ocupação: a presença estatal busca resguardar e controlar o uso do solo para fins urbanísticos, esses, por sua vez, não contemplam as demandas das populações mais vulneráveis que aí estão situadas, ainda que temporariamente; por outro lado, as redes solidárias intracomunitárias, operam como amparo em meio aos percalços de riscos aos quais esses moradores estão submetidos. Identificou-se, assim, formas distintas de proceder do poder público e da sociedade civil frente às questões prementes da vida do segmento social envolvido.

No local, a gestão pública agiu no descompasso de uma política protetiva às populações em plena pandemia. Quanto a sociedade civil, sua atuação traduz-se em uma rede de solidariedade que alcança as pessoas desse lugar, fornecendo-lhe subsídios mínimos.

Destarte, a presença física desse segmento social mais vulnerável, constituído por sem-tetos que ocupam áreas privilegiadas e centrais, vão rascanhando uma cidade a margem, que surge em um território liminares, marcados por precariedades, efemiradas, mas, sobretudo, é desse lugar que esses sujeitos sociais desafiam os ordenamentos urbanos autocráticos e reivindicam a concretização do direito à cidade.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

_____. **Encontros etnográficos**: interação, contexto, comparação. São Paulo: Editora Unesp e Edufal, 2015.

_____. Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas.

In.: **Disputas em torno do espaço urbano**: processos de [re]-produção/construção e apropriação das cidades. GLEDHILL, John et al. (org). 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2020.

APPADURAI, Arjun. Housing and Hope. **Places Journal**, março 2013. Acesso em 15 fev.

2022. <https://doi.org/10.22269/130305>

BAUMAN, Zygmunt, **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.

FRANGELLA, Simone & RUI, Taniele (2017). Corpos precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade. *Política e Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, n. 47, p. 23-38.

GLEDHILL, John & HITA, Maria Gabriela. Organizações de base comunitária e direitos à cidade em Salvador (BA-Brasil): uma experiência de fazer pesquisa engajada. In: LOW, Setha, coord. – **The Routledge Handbook of Anthropology and the City**, p. 283-296. London & New York: Routledge, 2019.

LABCIDADES (2021). **Despejo Zero**: 14.300 famílias foram despejadas entre março de 2020 e junho de 2021.

MACAPÁ. **PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL DE MACAPÁ**. Prefeitura Municipal de Macapá. Macapá, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: 2002, vol. 17, n. 49. p. 11-29.